

OS PIMENTEIRA NO CONTEXTO DA ETNO-HISTÓRIA PIAUIENSE

Carmecilia Ferreira dos Santos ¹

carmeciliafs@gmail.com

RESUMO: *Este trabalho é uma breve análise da história e da memória dos indígenas do Piauí, considerando os indígenas Pimenteira que, segundo estudos, viveram em sua organização tradicional na região sul. Será estabelecido um diálogo entre a história e a antropologia ao tratar sobre a família Dias Marreca, família reconhecidamente de origem indígena que vive no município de Caracol, município que fica na região sudoeste do estado. O diálogo será estabelecido a partir de teóricos que são referência para a etnologia indígena e para a história indígena no Piauí, entre os nomes estão: John Manuel Monteiro (2001), João Pacheco de Oliveira (2004), Manuela Carneiro da Cunha (1992), Roberto Cardoso de Oliveira (2005), Luiz Mott (1985), Odilon Nunes (2007), Monsenhor Chaves (2005) entre outros. Os dados coletados em uma pesquisa de campo no município referido permitem inferir que os Dias Marreca mantêm a indianidade através da memória individual e social. Após analisar a indianidade e a memória social do referido núcleo familiar e o processo de territorialização vivenciado por eles, foi constatado que, no momento, a afirmação da identidade indígena não aponta para a constituição de um processo de emergência étnica, caracterizado pela adoção de padrão de indianidade e afirmação identitária acompanhada de reivindicação dos direitos indígenas.*

Palavras Chaves: *Etnologia; História; Piauí; Pimenteira; Dias Marreca*

ABSTRACTO: *Este trabajo es un breve análisis de la historia y la memoria del pueblo indígena de Piauí, considerando al pueblo indígena Pimenteira que, según los estudios, vivía en su organización tradicional en la región sur. Se establecerá un diálogo entre historia y antropología cuando se trate de la familia Dias Marreca, una familia de conocido origen indígena que vive en el municipio de Caracol, municipio ubicado en la región suroeste del estado. El diálogo se establecerá a partir de teóricos referentes de la etnología indígena y la historia indígena en Piauí, entre los nombres se encuentran: John Manuel Monteiro (2001), João Pacheco de Oliveira (2004), Manuela Carneiro da Cunha (1992), Roberto Cardoso de Oliveira (2005), Luiz Mott (1985), Odilon Nunes (2007), Monsenhor Chaves (2005) entre otros. Los datos recolectados en una investigación de campo en el mencionado municipio permiten inferir que los Dias Marreca mantienen su indigenismo a través de la memoria individual y social. Luego de analizar la indianidad y la memoria social de la referida unidad familiar y el proceso de territorialización vivido por las mismas, se encontró*

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI e mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.

que, por el momento, la afirmación de la identidad indígena no apunta a la constitución de un proceso de emergencia étnica, caracterizado por la adopción de un estándar de indianidad y afirmación de la identidad acompañada de la reivindicación de los derechos indígenas.

Palabras-clave: *Etnología; História; Piauí; Pimenteira; Dias Marreca*

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo tratar sobre a etno-história indígena no Piauí, considerando o processo de expropriação sofrido pelos indígenas que habitaram a região sudoeste do estado, terras que até a atualidade encontra-se indícios da presença indígena Pimenteira. Segundo as indicações bibliográficas da história piauiense o grupo indígena Pimenteira viveu na região sul da capitania entre os séculos XVII e XIX e passou para os documentos do governo e para a posterioridade com esse nome por ter recebido dos seus algozes que os associavam a alguns elementos existentes da região (MOTT, 1985).

Segundo Mott (1985) o ouvidor Antônio José de Moraes Durão, um dos empreendedores do gado na capitania, a época da colonização daquelas terras, prestou importantes informações através de cartas sobre tal grupo tribal através de carta; na descrição sobre o nome dado aos nativos revelou que a origem do nome dado a tribo era equivalente ao nome de um empreendimento feito na região sul do capitania, fazenda Pimenteira, e que essa seria à referência para a identificação dos nativos que viviam por ali: "Num sítio denominado as Pimenteiras, que tem segundo notícia, 30 ou 40 léguas de extensão, no centro do mesmo é constante que se acham aldeados numerosos índios a quem se dá o mesmo nome do lugar" (MOTT, 1985, p. 67). Outra referência para que o nome do grupo nativo Pimenteira era uma lagoa com nome de Lagoa das Pimenteiras, na qual, ocorreram combates entre eles e os invasores, nas suas imediações, como apontou o antropólogo Mott (1985) nos seus escritos. Pelos estudos e as análises dos rastros arqueológicos, a lagoa com nome Pimenteira está hoje dentro do território de Caracol (NUNES, 2007).

Pela constatação histórica e geográfica do período da conquista, o sertão de Rodelas – “essa vasta região que se estendia pelo rio São Francisco, norte de Goiás e sul do Piauí” (BARROS, 2007, p. 22) -, os Pimenteira, supostamente, foram um dos primeiros grupos indígenas a ter contato com os conquistadores do Piauí e, pelas indicações, um dos últimos a serem submetidos. Segundo Nunes (2007, p. 200) “Constituiriam os Pimenteira o último aldeamento no Piauí”.

Descritos como resistentes, os Pimenteira constituíram um dos grupos nativos mais citados na historiografia piauiense, entre os séculos XVII - XIX as narrativas historiográficas atribuídas ao grupo constata uma aparição constante após às inúmeras guerras de expulsão empregadas contra eles. Com recorrência os moradores das fazendas

reclamavam a insistência dos nativos em se manter na região (MOTT, 1985), registrando as reclamações principalmente em cartas que eram endereçadas as autoridades da província na época.

OS CLÁSSICOS NA HISTORIOGRAFIA INDÍGENA DO PIAUÍ

As datações sobre o processo de expropriação vividos pelos Pimenteira são conferidas aos clássicos da historiografia piauiense. As análises desses trabalhos buscam os aspectos etno-históricos registrados em livros e documentos que foram fontes para a construção da história do estado quanto às questões que envolvem os povos indígenas.

Considerando o período da “conquista” das terras do Piauí pelos colonizadores, os primeiros contatos entre os brancos e os nativos datam por volta do final do século XVII, época da grande investida da empresa baiana Casa da Torre pelos sertões do São Francisco e adentrando ao Piauí – sertão de Rodelas -, com o projeto de aquisição de terras para a criação de gado (NUNES, 2007). Segundo Luiz Mott (1985, p.118) foram esses os primeiros a investir oficialmente dentro do Piauí: “Francisco Dias de Ávila, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Tavares, Domingos Afonso Sertão, e outros, aos quais concedeu S. Majestade todas as terras que possuíssem”, mas o que se sabe é que não foram poucos os que passaram a ocupar essas terras para conseguir ganhos - posseiros, vaqueiros, entre outros. Em um resumo considerando a configuração territorial do período desse período, Monsenhor Chaves (2005) aponta os grupos nativos que habitavam o Piauí, destacando suas condições para movimentações e permanências dentro da região à época.

Nômade por natureza, sempre em busca de alimento nos rios, nas matas e nos campos, imigrando constantemente por causa das guerras contínuas, é difícil e quase impossível situa, com precisão rigorosa o indígena no solo piauiense. Podemos, entretanto, fazê-lo, à luz de documentação escassa, em determinados períodos, mormente nos lances da conquista. Fora disso, qualquer afirmação seria mera fantasia. [...] Feita esta ressalva, necessária, vamos situar as nossas tribos, tanto quanto possível, valendo-nos do testemunho dos exploradores que com elas se bateram em guerra de conquista e extermínio. Tremembés, exímios nadadores e valentes guerreiros, dominavam o baixo Parnaíba e seu delta. Na chapada das Mangabeiras e no alto Parnaíba assitiam os Aroaquizes, os Carapotangas. Um pouco mais abaixo, os Aroquanquiras, Copequacas, Cupicheres, Aranhazes, Aitatus e Corerás. No médio Parnaíba, os Abetiras, os beirtás, Coarás e Nongazes. Nas cabeceiras do Gurgueia ficavam os Acoroás, os Rodeleiros e os Beijudos. Na extensão deste rio, os bocoreimas, os Corsiás e os Lanceiros. Os Anassus e os Alongazes, na Serra da Ibiapabas. Os Aruazes, no riacho Sambito. Os Ubatês, Moatans, Janduins, Icós e Urirês, na Serra do Araripe. Os Coaratizes e os Jaícos, no vale do Gurgueia. Os Cupinharós, no Canindé. Os precatizes, no Uruçuí. Os Putis, na foz do Rio Poti. Os Aranhins e Crateús, nas suas cabeceiras. Os Pimenteiras, nos limites com Pernambuco. Os Gueguês, na região central do Estado. Os Gamelas, jenipapos e Guaranis, que durante algum tempo vagaram pelas margens do Parnaíba, retiraram-se para o Maranhã logo após o levante de 1713. Foram seguidos do Cabuçus, Muipurás, Aitatus, Amoipirás e Ubirajaras, que habitavam as

margens Gurguéia do Uruçuí, nos limites do maranhão. Os Pimenteiras constituíam a avançada mais oriental da migração Caraíba. Os tremembés pertenciam à raça dos cataguás. As demais tribos mencionadas era tapuias legítimos, isto é, indígenas da “língua travadas”, bons cantores, hábeis flecheiros, destros corredores e valentes na guerra (CHAVES, 2005, p. 127-128).

Em referência aos Pimenteira, o autor descreve que viviam na parte sul mais ao oriente da capitania e que eram advindos dos Caraíbas. Enfatiza que as descrições posicionais desses povos foram feitas pelas perspectivas dos exploradores - religiosos, sesmeiros e bandeirantes - que passavam de passagem ou a morar nessas terras, com a ressalva de que por muitos desses grupos serem nômades devido as condições de existência, a posição deles dentro do território podia variar.

Fato que a densa população de nativos constituía uma ocupação em permanente movimento dentro território. As características dos nativos não condiziam com as características das atividades que se iniciavam na região um indício que aponta para as densas guerras travadas contra os nativos; “O índio nômade e a pecuária extensiva não se conciliavam” (BARROS, 2007, p. 22).

A Casa da Torre conduziu a implantação de currais no território e, a conquista das terras piauiense são amplamente atribuídas a Domingos Jorge Velho e a Domingos Afonso Mafrense, o Domingos Sertão. O primeiro, bandeirante paulista, desbravou a região apreendendo, matando e afugentando os nativos através da prática do contrato (CHAVES, 2005). O segundo, europeu, recebeu as terras no Piauí como recompensa pelas suas aventuras no desbravamento, segundo Nunes (2007). O que infere o autor, a concessão de terras dadas a Mafrense pelo governo de Pernambuco¹ fazia do explorador um dos maiores “donos” de terras da província na época, suas tomadas de terras para a criação de gado faziam dele um dos maiores desbravadores do interior do Nordeste brasileiro. Após a morte de Mafrense, muitas das suas fazendas passaram a cargo dos jesuítas, o grupo religioso passou a não só administrar as fazendas que receberam como doação como adotaram uma política extremamente desvantajosa aos nativos; os indígenas permaneceram como instrumentos para as pretensões dos religiosos, receberam a catequização junto a exploração da mão de obra transvestidas de proteção, e sofreram com as opressões que as condições ditadas pelos religiosos os impunham (CHAVES, 2005).

No século XVIII, João Pereira Caldas², primeiro governador da capitania do Piauí (1759 -1769), não fugiu à regra da injustiça praticada contra os nativos, ainda que desde

1 As terras piauienses foram cedidas a Domingos Afonso Sertão, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Àvila e Bernardo Pereira Gago, nas margens do Gurguéia, pelo governador de Pernambuco, Pedro de Almeida, devido a jurisdição das terras piauiense estar a cargo de Pernambuco na época (NUNES, 2007, p.88).

2 Primeiro governador do Piauí, o território passou a categoria de capitania em 1718, quando se desmembrou do Maranhão, porém o primeiro governador tomou posse em 1758, mas assumiu efetivamente em 1759, governou até o ano de 1769 (CHAVES, 2005).

ano de 1680 já tivesse sido instituída à lei que abolia à escravidão indígena no país, às retaliações e perseguições aos nativos continuaram sem grandes intimidações. Em terras tão distantes dos grandes polos administrativos do país, à lei não era aplicada devidamente (CHAVES, 2005). No século XVIII, segundo Chaves (2005), esse ódio ao indígena não se justificava.

Os índios, na sua maioria já aldeados, viviam pacificamente a cuidar de suas lavouras. Um ou outro caso de roubo de gado das fazendas não constituía propriamente uma ameaça à paz da capitania. O ódio do branco ao selvagem, porém, havia exagerar aqueles casos ao extremo, para que fossem criados pretextos de novas guerras e matanças” (2005, p. 139).

O que ocorria era que no período outra guerra que era travada entre Governo e os missionários jesuítas, guerra que refletia diretamente na causa indígena. Nessa questão os indígenas do Piauí, assim como de outras regiões do país, foram usados como um dos pretextos para expulsar os jesuítas do país. Pereira Caldas, no ano de 1759, aproveitando-se da situação de instabilidade que pairava no país, buscou empregar estratégias para conseguir implantar os planos de promover guerras ofensivas contra os nativos que resistiam à dominação, acusando-os de ameaças; tomou mais terras no território ao tempo que buscou agradar ao “El rei” nas suas pretensões. Ironicamente, nas atribuições do governador da capitania estavam; “restituir a liberdade de suas pessoas, bens e comércio” (2005, p. 423) aos indígenas do território piauiense. Segundo Nunes (2007) os colaboradores das missões jesuítas foram desencorajados a patrociná-las, passando a refutá-las esses colaboradores foram convencidos de que as ações que desempenhavam para o apoio às missões demandavam associação pacífica com os nativos à custa de tempo e recursos, algo dispensável à atividade da pecuária que implantavam, com isso ficaram as guerras de ofensiva e de conquista como principal meio de intervenção contra os índios.

No governo das Juntas Trinas (1775 – 1797) - composto por um ouvidor, um representante do legislativo e um representante militar (formato governamental adotado dentro da capitania após o comando geral sair das mãos de Botelho de Castro (1769 -1775) que havia substituído Pereira Caldas) -, os indígenas continuaram a ser uma das maiores questões a serem resolvidas. Na conjuntura das disposições do governo trino estava o combate ao gentil e as acusações principais continuavam a ser os ataques as fazendas; as acusações de invasão e matança de gado chegavam de todas as partes da capitania levando o governo a empregar esforços para atender as reivindicações dos fazendeiros (NUNES, 2007).

Os Pimenteira estavam entre os nativos que muito foram citados quanto as reclamações de invasões e matança de gado, tidos como hostis e valentes, esse grupo era considerado uma das principais ameaças as fazendas do sul da capitania nas últimas décadas do século XVIII. As entradas autorizadas pelo governo contra esses nativos,

segundo Nunes (2007) eram violentas e em diversas modalidades. Em uma passagem histórica, o autor descreve uma tentativa do capitão Inácio Rodrigues de Miranda de aproximação com o grupo para entender sua língua e saber mais sobre o grupo.

Retornaram os Pimenteiras, e dessa vez com ferocidade. Matam gados e galináceos, fazem incêndios, assassinios. O Capitão Inácio Rodrigues de Miranda, que vinha prestando serviços desde as primeiras entradas, recebe ordens para preparar tropas e correr fronteiras. De abril a maio de 1790, Miranda consegue apreender onze índios da tribo, e Oeiras recomenda que os tratem com mimo, amor e fartura. Em seguida, Miranda remete-os para a capital. Não compreendem seu linguajar. Utilizam-se de “Acoroás, Gueguês e Jaicós, e algumas pessoas que para praticarem”, a fim de certificarem-se de sua qualidade, quantidade e própria situação; “porém não se lhe entendendo a sua, nada se descobriu, o que só poderá conseguir, depois de entenderem nossa língua, cujo efeito se distribuíram por casas de família...” Dessa vez deixaram um destacamento na lagoa da Formiga, que nos parece se a atual lagoa de Caracol, talvez ainda a lendária Lagoa dos Pimenteiras (NUNES, 2007, p. 182).

A romântica e desastrosa tentativa de uma aproximação não conseguiu produzir os efeitos esperados, às obscuridades de intensões decifraram-se como uma das modalidades de dominação empregadas com outros grupos, e que com eles tiveram êxito. Com os Pimenteira os resultados foram negativos e, como alternativa, às entradas organizadas para o combate ao grupo continuaram sendo extremamente violentas.

No final do período das juntas trinas, já no governo D. João Amorim Pereira (1797 - 1799), às notícias sobre o grupo ainda chegavam sobre formas de acusações e pedidos de guerra ofensiva contra o grupo (NUNES, 2007).

No ano de 1850, coincidentemente, o mesmo ano da lei das terras, os indígenas do Piauí foram declarados nos autos ditos oficiais como extintos, ou seja, teoricamente, as terras estavam livres dos nativos. Na prática isso não aconteceu, permaneceram e foram incorporados aos outros grupos sociais que recebia classificação que não a indígena; vaqueiros, roceiros, empregados domésticos, para que assim passassem a não constarem mais como existentes (MOTT, 1985).

Na consolidação do projeto pecuarista no Piauí, como já mencionado, todos os governantes que administraram à província, direta ou indiretamente promoveram o genocídio desses grupos, até o século XIX os relatos sobre suas presenças ainda eram vistos, contudo para algumas concepções historiográficas findaram suas jornadas no território nesse mesmo século (GOMES e ROCHA, 2017). Na luta contra o indígena dentro Piauí todas as armas foram usadas; o ferro, a escravidão, às endemias, a perseguição aos remanescentes o silenciamento sobre sua participação ativa na formação sociocultural da província.

AS PESQUISAS MAIS RECENTES SOBRE OS INDÍGENAS PIMENTEIRA

Alguns trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos ajudaram a construir este trabalho de pesquisa. São eles: os trabalhos das historiadoras Claudete Dias (2016) e Ana Stella Negreiros Oliveira (2007), as autoras construíram narrativas históricas que embasam e indiciam os rastros históricos deixados pelo grupo nativo. Seguindo as perspectivas voltadas para a resistência e para a permanência dentro do território, o historiador Rafael Silva Assis (2016) aponta os elementos étnicos que resistiram e estão mesclados nas sociedades nacionais; o autor infere que entre os sinais de permanência estão as memórias que chegaram ao tempo presente e que caracterizam os descendentes dos povos originários que viveram na região. Os arqueólogos Rômulo Negreiros (2012) e Leonardo Tomé de Souza (2015) contribuem para uma enfática posição desse grupo, os achados arqueológicos ajudam a explicar sobre os locais que foram densamente explorados pelos nativos Pimenteira. Esses dois últimos autores construíram seus trabalhos na Universidade Federal do Vale do São Francisco no campus de São Raimundo Nonato. Esses trabalhos são indícios de que a história e a memória dos nativos dessa parte do estado têm ganhado notoriedade e será somada a etno-história dos outros povos nativos que permanecem dentro do Piauí.

O que se constata é que as reviravoltas científicas tem permitido novos olhares, e novos direcionamentos de discussões, os próprios autores que fincaram seus nomes na historiografia deste estado explorando essa temática admitem que há muito o que se ver. Por exemplo, o historiador Monsenhor Chaves (2005) sugeriu as novas gerações de pesquisadores que muito a existe a ser explorado sobre etnologia indígena no Piauí. Segundo o autor, a região onde hoje é o território Serra da Capivara trata-se de uma zona privilegiada, porque guarda uma infinidade de possibilidades quanto as questões étnicas, estudos na região podem colaborar significativamente para as pesquisas etnológicas do estado, ao se referi as possibilidades dentro do estado o autor sugere “Há, no estado outras zonas privilegiadas como aquela e que devem encerrar no seu bojo verdadeiros tesouros de etnografia indígena. Apareçam, pois, os estudiosos e os pesquisadores. O campo é vastíssimo e inexplorado” (CHAVES, 2005, p. 145).

O município São Raimundo Nonato-PI, fica a cerca 523 km da capital do estado, considerado um município referência no turismo dentro do estado por ser a cidade que recebe as pessoas visitam o Parque nacional Serra da Capivara, o município tem se destacado também pelo potencial científico que vem se mostrando através dos trabalhos realizados nas instituições públicas de ensino superior.

A cidade, na atualidade, conta com duas universidades públicas; a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) que oferta os cursos de graduações em Arqueologia, Ciência da Natureza e Antropologia, em 2019 à universidade passou a ofertar o curso de pós-graduação em nível stricto-sensu em Arqueologia para ampliar as pesquisas na região. E, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) que oferta os cursos de graduações em licenciaturas: História, Geografia, Biologia e o curso em Pedagogia.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI) oferta cursos superiores de bacharelado em Gastronomia e licenciaturas em Física e Matemática. A oferta de todos esses cursos dentro do território Serra da Capivara tem contribuído para o surgimento de pesquisa nas mais variadas áreas do conhecimento e revelando a potencialidade científica dos estudantes dessa região do estado.

Nos últimos anos o Piauí tem experimentado o fenômeno da emergência de povos indígenas dentro do seu território, como, por exemplo, o caso dos indígenas Tabajara e Kariri do município Queimada Nova que, nos dias 17 e 19 de abril de 2016, participaram da XIV Semana dos Povos Indígenas, realizada na Universidade Federal do Piauí, e, na oportunidade apresentaram uma carta aberta aos que estavam presente no evento. Na oportunidade reivindicaram o reconhecimento do grupo e expuseram como estavam vivendo o processo de emergência dentro do estado, cobraram a garantia dos direitos indígenas para todos que pertencem a essa categoria étnica. Foram ouvidos pela comunidade acadêmica, alguns representantes da mídia e por autoridades do governo que compareceram ao evento.

A emergência desses grupos coloca em pauta a necessidade de se fazer novas discussões sobre às questões indígenas dentro do estado. Tem-se trabalhado a partir de novos olhares sobre os fatos históricos que permeiam a historiografia do Nordeste brasileiro como um todo, com a finalidade de entender as organizações que se formaram para explicar as mudanças e permanências desse grupo étnico. Os trabalhos coordenados por Oliveira (2004) que tratam às questões étnicas indígenas no Nordeste brasileiro têm encontrado grande aceitação entre os pesquisadores da temática. A perspectiva do autor tem ganhado adeptos dentro do Piauí por ter contribuído para a produção de trabalhos que seguem à tendência de mostrar as vozes desses sujeitos desvinculadas de narrativas tendenciosamente estruturadas. Dentre os pesquisadores que seguem a linha desse autor estão à professora Dra. Carmen Lúcia de Sousa Silva e o professor Dr. Raimundo Nonato Ferreira Nascimento que juntos coordenam o laboratório Nova Cartografia, na Universidade Federal do Piauí.

Os professores têm conduzido trabalhos com o objetivo de identificar dentro do estado pessoas que reconhecem suas identidades étnica indígena a partir de suas histórias de vida e da história de suas famílias. Passaram a desenvolver projetos junto às comunidades tradicionais que têm mostrado interesse em serem reconhecidas; indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, entre outros. Ao mesmo tempo os professores têm prestado um serviço de grande valor para o estado, pois estão colaborando para que os grupos tradicionais acessem seus lugares por direito. Com o projeto Nova Cartografia, os professores já observaram grandes avanços. O povo indígena Kariri do município Queimada Nova, acima mencionado, no ano de 2020 tiveram suas terras demarcadas pelo Estado. Esse ato governamental de devolver as terras tradicionais aos indígenas Kariri tornou o grupo como o primeiro povo reconhecidamente indígena pelo Estado do Piauí a

conseguir este feito desde a expropriação das terras no século XIX. Os professores permaneceram juntos à comunidade durante todo o processo até a decisão de demarcação. Essa marca histórica simboliza um precedente para que os grupos que guardam sua identidade por medo de um passado cruel com sua gente, dentro deste estado, possam entender que devem buscar seus direitos; reconhecimento e a aquisição de bens que são seus por direito, terras. Os novos tempos apontam para que o Piauí volte ao mapa nacional de estado com povos indígenas vivendo em suas terras com o devido reconhecimento pelo Estado e pela sociedade nacional. O discurso do extermínio não pode mais ser aplicado em tempos atuais, considerando o ressurgimento da identidade dessas pessoas e os últimos eventos que os envolvem, pois, a situação atual constata que eles permanecem no território.

Nos últimos anos alguns trabalhos no âmbito antropológico têm colaborado para decodificar a presença indígena no Piauí, estudos voltados para ouvir a voz destes agentes tem ocupado as universidades, eventos do governo e, com o advento da internet, têm se chegado cada vez mais longe as impressões sobre essas pessoas. Estudos etnográficos dentro do estado e em estados vizinhos colaboram para endossar às discussões sobre o assunto, esses estudos têm servido como aportes teóricos na linha de discussão que vem se construindo ao longo dos últimos anos. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí algumas contribuições têm sido dadas. No ano de 2015, foi defendida a dissertação “Etnias, Fluxos e Fronteiras: Processo de Emergência Étnica dos Kariri no Piauí”, de Cinthya Valéria Nunes Motta Kós; em 2016, a monografia “Emergência étnica e territorialização na comunidade Nazaré”, de Ilana Magalhães Barroso e “Evocando do passado o que está no presente: identidade étnica e memória social dos Tabajara da Comunidade Nazaré” de Pâmela Lúcia Leal da Silva; em 2017, a dissertação “Entre Lutas e Conquistas’: afirmação e organização política dos indígenas participantes da Associação Itacoatiara em Piri-piri-PI” de Kleb Leite; em 2018, a dissertação “Emergência étnica indígena, territorialização e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré” de Ilana Magalhães Barroso; em 2019, a dissertação “Emergência étnica e medicina tradicional dos Tabajara Ypy do Canto da Várzea, de Amélia Raquel Solano. Vale ressaltar que as monografias e dissertações de Ilana, Pâmela e Amélia que foram desenvolvidas sob a orientação da prof. Dr. Carmen Lúcia Silva Lima e estão relacionadas o projeto Emergência Étnica Indígena no Piauí, por ela coordenado, têm sido mostrado uns dos trabalhos que conversam com as novas perspectivas para os indígenas do Nordeste na atualidade. Também vinculados a esse projeto, está em andamento, até o momento, a dissertação “Jovens indígenas na Universidade Federal do Piauí: invisibilidade e protagonismo juvenil no curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, campus Teresina e está dissertação. A professora Dr^a. Joína Freitas, professora no departamento de antropologia da Universidade Federal do Piauí, têm colaborado para discussões etno-históricas pautadas na releitura das conjunturas em que foram colocados os índios dentro do estado, ela sugere que isso se faça através das próprias vozes que foram silenciadas ou esquecidas nas narrativas escritas, “é necessário também ouvir as vozes quase sempre esquecidas pela historiografia, as vozes das pessoas que têm histórias a contar” (2016, p. 459).

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O INDÍGENA NO PIAUÍ

Os relatos na literatura quinhentista fomentaram um glossário de léxicos para denominar os nativos da América, o período literário formado principalmente por missionários, viajantes, cronistas que em suas anotações deixaram suas impressões sobre os donos da terra. “Durante o século XVI, os relatos sobre o novo mundo identificaram os indígenas como “gentios” (pagãos), “brasis”, “negros da terra” (índios escravizados) e “índios” (índios aldeados) (CUNHA, 1986, apud OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 25)”. Esses nomes ajudaram na construção da imagem dos indígenas brasileiros. Visões eurocêntricas foram sendo construídas de maneira que os mistificavam como seres exóticos ou primitivos, a imagem do “bom selvagem” passou a sofrer alterações à medida que os indígenas foram se tornando obstáculos para a dominação do território pelos europeus (MONTEIRO, 2001).

Sobre os indígenas do Piauí do período colonial as poucas representações sobre suas localizações estão em mapas e as suas imagens construídas a partir de um imaginário estereotipado pelo senso comum. Para as autoras Gomes e Rocha (2017, p. 1), “a escrita da História do Piauí ignora a presença indígena, difundindo uma premissa fundamentada na inexistência desses no território piauiense”, quando o que se sabe é que esta presença continua existindo e mantendo suas etnicidades sem uma aquiescência formal do Estado e das sociedades complexas. A história piauiense pós-colonial passou a ser escrita sem a presença indígena, quando muito, eram colocados como aculturados (GOMES e ROCHA, 2017). A maior violência empregada contra esse grupo étnico foi, sem dúvidas, terem sua “etnicidade encoberta” (PORTO ALEGRE, 1996) para que os planos de concretização de tomada das terras fossem efetivados.

Os descendentes indígenas no sertão passaram a ser reconhecido como caboclos (MONTEIRO, 2001) devido às misturas genéticas atribuída às pessoas com identidade indígena, mas que não se encaixam em um padrão fenótipo do indígena do passado. Essa classificação empregada para explicar a aproximação dos grupos étnicos não alterou o sentido do autorreconhecimento das pessoas que invocam sua identidade étnica indígena (OLIVEIRA, 2005).

No sul do Piauí a palavra “caboclo” também indica pertencimento indígena. A exemplo, o senhor José Dias – morador do assentamento Saco, Caracol – PI -, é popularmente conhecido como Zé Caboclinho, esse nome é usado por ele para fazer referência aos traços identitários; família de descendência indígena, aspectos comportamentais atribuídos aos caboclos e o reconhecimento social de que ele e sua família são de origem indígena. Para Oliveira (2005) o conhecer-se envolve atos cognitivos, transcendem as classificações externas ao “indivíduo” enquanto o reconhecer está voltado para o público, ou seja, às relações que se estabelecem levando em conta a identidade da “pessoa” (MAUSS, 2003).

Almeida (2002, p. 68) enfatiza que “os procedimentos de classificação que interessa são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produtos de classificação externas”. A questão não perpassar uma “adjetivação”, mas a naturalização do entendimento do outro enquanto ser social, capaz de qualificar as “bricolagens” das instituições estabelecidas (LÉVI-STRAUSS, 2012). Com isso, admite-se que os termos empregados para nomear personagens dentro de um contexto social é um recurso a mais para acionamento das memórias (POLLAK, 1992).

Para a família Dias Marreca, família a qual pertence o seu José Caboclinho, a referência principal é o território onde seus antepassados viveram, para ele a tribo indígena que viveu em Caracol é a mesma tribo de quem descendem ele e seus familiares. Em conversa seu José garante que as terras eram dos Tapuias e que esse povo vivia por essa região desde muito tempo. “Aqui na nossa região era uma tribo dos Tapuias” (José Dias, 75 anos, 2019). Uma discussão que se desenvolve é sobre como se reconhecem e como são reconhecidos; para os mais velhos, como seu José, quando levados a reconhecer a que tribo seus antepassados pertenciam, a resposta é que pertencia a tribo dos tapuias, já os mais jovens reconhecem que os indígenas que viviam por essa região eram os “Pimenteira”, “aqui eu sei que era os Pimenteira, eu já estudei sobre a história daqui” (Larisse, 27 anos, 2019) conta uma das moradoras do assentamento Saco. Esses nomes que genericamente eram empregados aos nativos são explicados por autores tais como; Mott (1985); Monteiro (1994; 2001); Chaves (2005); Nunes (2007) e o pelo caracolense Dias (2003) que explica em seu trabalho “Caracol na história do Piauí” porque os Pimenteira também eram classificados como tapuios.

Na íntegra do texto do autor Dias (2003) percebe-se que a discursão quanto ao nome da tribo pode ter surgido pelos trocadilhos pejorativos que eram empregados durante as referências aos nativos; quando os referenciavam como os índios habitantes do lugar, denominava-os como “tribo dos pimenteiras” (2003, p.104), mas quando fazia referência a resistência e braveza desse povo contra os brancos, os classificavam como “valentes Tapuias” (2003, p.18).

Essa dualidade quanto ao nome da tribo que pertenciam seus antepassados; Tapuia/Pimenteira, nada interfere nas reflexões feitas sobre a identidade étnica, pois como já explicado neste trabalho de pesquisa, os nomes dados aos grupos nativos que relutaram a dominação branca eram sempre em referência a algo ou a algum local que pudesse indicar suas localizações. Caso que aconteceu com indígenas Pimenteira do sul do Piauí (NUNES, 2007). Outra observação, essas pessoas não se retratam como se tivessem descoberto a sua identidade étnica a pouco tempo ou a partir de conhecimentos escolares, pelo que pode ser notado, eles se identificam como uma continuidade dos que viveram na região no passado, pois não identificam os seus antepassados como oriundos de outros locais do Nordeste ou do país. Essa observação é importante porque algumas famílias na região são oriundas de Pernambuco ou de outros estados e contam que vieram parar nessa região do Nordeste

fugindo da seca ou de algum conflito entre latifundiários. Os Dias Marreca não, quando incentivados a pensar suas origens considerando a geografia, sempre se identificam como sendo “daqui” (Zé Caboclinho, 2019).

Nas falas desses atores sociais é comum encontrar uma “seleção de memórias” (POLLAK, 1992) sobre como a história do seu grupo ocorreu, são eles que testemunharam os eventos passados ou construíram suas memórias a partir do conhecimento dos eventos em que foram envolvidos direta ou indiretamente; uma evidência dessa seleção de memórias entre eles são suas narrativas muitas vezes repetidas com o mesmo embasamento, a descendência indígena.

Pollak (1989) indica uma ligação entre; “memória, esquecimento, silêncio”. Para o autor memoriza-se o que se convém memorizar; a memória é utilizada como instrumento para que se proteja o nome, a identidade e a vida. Nesse contexto de interrelação o esquecimento e o silêncio seriam, autopreservação. Omitir fatos e eventos das gerações mais jovens representa, nessa perspectiva, protegê-las de reviver histórias passadas que podem trazer-lhes dores, remorsos ou vergonhas; o silêncio ou “o não dito” são, comumente, usados por grupos minoritários, pois quem têm suas histórias construídas em trajetórias que envolve lutas e perseguições, não falar, não significa esquecer, significa preservar a memória em um campo de acesso restrito (POLLAK, 1989).

As lembranças (BOSI, 1994) ajudam a construir ou a manter uma boa relação social com os outros grupos e podem ser consideradas uma opção extremamente viável para privilegiar as narrativas que ajudam a justificar os caminhos percorridos por eles. Resgatar as lembranças dos mais velhos que vivem sua identidade étnica indígena dentro de um contexto em que as histórias dos brancos prevaleciam como “oficiais” e como história dos vencedores, é “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, é ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento indigenista dentro do Piauí é, sem dúvidas, um grande passo rumo a direção de serem entendido como protagonistas na busca pela reparação histórica que essas pessoas precisam receber. A demarcação de terra alcançada pelos Kariri de Queimada Nova em 2016 é um marco para esse movimento, seguindo essa perspectiva estão a produção de trabalhos voltados para a etno-história que devem ser usadas na luta pelo reconhecimento, bem como a luta e organização de outros povos que estão seguindo o mesmo caminho dentro do estado. A conjuntura política do nosso país não é muito animadora no momento, no entanto, continuaremos na luta por dias melhores para os povos originários.

A família Dias Marreca que vivem no município de Caracol não está integrada ao movimento indígena, no momento, e não apresentaram nenhuma demanda à FUNAI ou a qualquer outro órgão estatal, mas faz parte de um elo que contribui com a reestruturação quanto às questões étnicas do Piauí e, porque não dizer, do país. Os indivíduos que pertencem a essa região do estado do Piauí são peças fundamentais para entender os caminhos construídos para formação sociocultural e política deste estado do Nordeste brasileiro precisam ser ouvidos e compreendidos. Imersos em uma história onde a justificativa da assimilação cultural e a redução numérica foram usadas por muito tempo, os descendentes desse povo que permaneceram na região do município de Caracol, conduziram suas histórias junto a outros grupos sociais, mas contornaram essas e outras barreiras impostas a eles e a sua identidade étnica resiste e a memória tem sido uma grande aliada nesse sentido.

Como sugeriu Gonçalves (1999) há muito que se ver nessa seara que envolve a memória, ela traz mais do que se pode notar, ela explica além das perguntas que podemos fazer junto aos grupos étnicos, ela é capaz de se mostrar e se velar, capaz de induzir e confabular para direcionar os olhares ao que ela se propõe mostrar. A consciência de um passado traumático indica que as condições que estão hoje, as pessoas descendentes desses nativos na região sul do estado do Piauí são reflexos das seleções de memórias que passaram a fazer diante da sociedade nacional para que não fossem ceifados enquanto ao seu território e a sua identidade. As vozes que têm emergido são indícios que os cenários estão se formando de maneira menos ameaçadoras no Nordeste, a expectativa é para que passem a se mostrarem de tal forma que possam acessar seus direitos políticos, os quais por muito tempo foram lhes negados.

É fato que nas últimas décadas os indícios de emergências étnicas têm se acentuado, nessa região do Nordeste e, levado a sucessivas pesquisas sobre como estas pessoas estão na atualidade, tirando-as do estigma de passado e da aculturação. Essas pesquisas só podem ser realizadas devido as pessoas se sentirem mais seguras para falar sobre suas origens, sem se preocupar com as perseguições que podem sofrer diante dos seus posicionamentos. Como se tem notado, ainda são tímidas as iniciativas de acionar a identidade para adquirir os direitos indígenas no Piauí, mas elas têm surgido de maneira gradual. Isso pode ser atribuído ao fato de muitos desconhecerem a constituição de 1988 que infere sobre os povos originários, nos seus artigos 231 e 232, que entre as disposições está o reconhecimento de “direitos originários e imprescritíveis às terras tradicionais habitadas pelos povos ancestrais do Brasil. A referida constituição superou o conceito de assimilação, que entendia o ser indígena como uma categoria social transitória, fadada ao desaparecimento (Ascom/Consea, 2017).

Uma afirmação como a do seu Zé Caboclinho e dos seus familiares sobre sua identidade, moradores do município de Caracol, é um grande avanço, pois em geral sua fala não ocorreria livremente, ou não sem ressalvas sobre o que ele diz ser. Perceber que cada

vez mais pessoas se dizem de origem indígena significa revelar que estas pessoas sempre estiveram ali; contudo, as motivações para se “esconder”, provavelmente, não os atormentam mais como antes. Roque Laraia (1986) sistematiza que a “própria lógica” cultural de cada povo está relacionada com o tempo e espaço que ocupa, o momento de se mostrar é algo particular de cada povo, são eles que ditam as regras sobre o que são e como querem ser vistos.

A reflexão sobre a memória individual e coletiva das pessoas que se envolveram neste trabalho de pesquisa, tais como seu José Caboclinho, foram tratadas a partir de suas individualidades dentro de um contexto coletivo. Compreendi que essas memórias se formaram com o decorrer do tempo e são projetadas para as novas gerações através da oralidade e dos ensinamentos de práticas tradicionais e ainda pela conservação de alguns aspectos que servem de referência. Percebo que o conhecimento mais a fundo sobre a história da família ainda está entre os mais velhos, os mais jovens demonstram conhecimentos e buscam a confirmação entre os mais velhos para o reconhecimento das suas origens.

Os Pimenteira e os demais povos indígenas do Piauí têm se tornado foco de estudo de diversos pesquisadores, os rastros históricos deixados por eles estão sendo seguidos de maneira que têm possibilitado chegar cada vez mais próximo dos seus herdeiros étnicos. As injustiças empregadas contra esses grupos tradicionais estão em todos os aspectos da sociedade, por esse motivo, é urgente uma retratação histórica e o reconhecimento de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, p. 43-81.

ASCOM/CONSEA. Constituição consagra direito indígena de manter terras, modo de vida e tradições, 2017. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/constituicao-consagra-direito-indigena-de-manter-terras-modo-de-vida-e-tradicoes>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

ASSIS, Rafael S. Os índios do Território Serra da Capivara: história, memória e ensino. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína. 2016.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Memória dos Confins: A saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí. 2ª edição. Teresina. Ed. Gráfica do Povo, 2007.

BOSI, Ecléa. MEMÓRIA E SOCIEDADE: Lembranças de velhos. 10^a ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.09-24.

CHAVES, Monsenhor. Obras Completas. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia no Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. História dos Índios do Piauí. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

DIAS, William Palha. Caracol na História do Piauí. 4^a ed. Teresina: Editora Gráfica Expansão, 2003.

FREITAS, Joína. Vestígios da existência: entre cacos e conchas. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.) História dos Índios do Piauí. 2.ed. Teresina: EDUFPI, 2016. p.449-465.

GOMES, Helane K. Tavares; ROCHA, Cristiana Costa da. “Reflexões sobre história e a historiografia indígena do Piauí.” In: Encontro Internacional de Literaturas, histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, V. Encontro Internacional de culturas afrodescendentes e Indígenas da América Latina e caribe, I. 2017. Teresina. Anais [...] Teresina. UESPI. 2017. p.1-15.

GONÇALVES, Regina Célia. A História e o oceano da memória: Algumas reflexões. In: GONÇALVES, Regina Célia. Vidas no Labirinto: Mulheres e trabalho Artesanal. Um estudo sobre as artesãs da chã Pereira. 1999 Dissertação (mestrado). Ingá – PB.

LARAIA, R. de B. “Primeira parte: da natureza da cultura o da natureza à cultura”. In: Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. 12^a edição. Campinas – SP: Papyrus, 2012.

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 367-397.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2021.

MOTT, Luiz R. *Etno-História do índio do Piauí colonial*. In: *PIAÚÍ COLONIAL: População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela. 1985. p. 109-124.

NEGREIROS, Rômulo Macedo Barreto de. *As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras – PI (1769 – 1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. Vol. I. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves. 2007.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A viagem de volta: etnicidade e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004. Pág. 10-43.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral.” *Revista Antropológicas*, v. 16, n. 2. 2011.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*”. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTO ALEGRE, M. Sylvia. “Etnicidade e mudança cultural”. *Revista de ciências sociais*, v.27, n.1. p. 1996. p. 135 – 142.

SOUZA, Leonardo Tomé de. *CASA DE AMANSAMENTO DE ÍNDIOS: reconhecimento e contextualização do sítio arqueológico Casa da Bolandeira*. 2015. Monografia (Graduação em Arqueologia). UNIVASF. São Raimundo Nonato. 2015.